

CAPÍTULO II: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MAGÉ A PARTIR DA DÉCADA DE 90

Neste capítulo, o município de Magé será tomado como referência empírica. Procurar-se-á contextualizar o município, caracterizando seus antecedentes históricos, a situação sócio-econômica atual e a trajetória da Política de Assistência Social, bem como os serviços e os programas sociais existentes, relacionando-os às estruturas e processos históricos ocorridos na sociedade brasileira.

Nossa análise sobre a política de assistência social nesse município, terá como marco histórico a década de 90, quando se efetiva o processo de municipalização com a descentralização político-administrativa, a criação dos Conselhos Municipais, a elaboração da Lei Orgânica Municipal de Assistência Social e as Conferências Municipais. É portanto, a partir da implementação da LOAS, que emergem novos elementos e novas combinações, redesenhando a configuração da política de assistência social.

2.1. Antecedentes Históricos de Magé

O povoamento de Magé teve início em 1565, quando o português Simão da Mota foi beneficiado por Estácio de Sá com uma sesmária como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados na defesa do Rio de Janeiro contra os franceses.

Embora Simão da Mota tenha recebido a primeira sesmária, foi outro personagem português que ganhou maior prestígio como fundador de Magé. Cristóvão de Barros, figura de destaque na defesa do Rio de Janeiro na famosa luta contra os franceses, também foi contemplado com duas sesmarias em Magé. Em 1566, pela importância dos serviços prestados, Cristóvão de Barros chegou a ser considerado provável substituto de Mem de Sá no comando das forças da reconquista.

Simão da Mota chegou às margens do Rio Magepe acompanhado de parentes, amigos e vários escravos. O sesmeiro escolheu para moradia o Morro da Piedade, onde construiu uma capela que deu origem à Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Cristóvão de Barros instalou um grandioso engenho de cana-de-açúcar em Magé, que ganhou o status de um dos mais importantes do Brasil no período. A Cristóvão de Barros se atribui a responsabilidade pela formação do núcleo fundamental que deu origem à cidade.

O engenho se expandia velozmente e se fez necessária a cessão de novas sesmarias - áreas para absorver tal crescimento. Por este motivo e pela importância na difusão do nome de Magé pelo país, Cristóvão de Barros passou a ser considerado, de fato, o maior responsável pela fase inicial de ocupação das terras do município.

Em 1643 começou a surgir uma outra localidade em Magé, denominada Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, onde, em 1854, o empreendedor Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, inaugurou a primeira ferrovia do Brasil. Era um trecho de 14 quilômetros, ligando a localidade ao pé da Serra da Estrela. Com a construção da primeira estrada de ferro do Brasil, que encurtou o caminho para Minas, Magé ganhou sua primeira fábrica de pólvora (fundada por D. João VI) e a primeira fábrica de papel.

Magé tornou-se cidade no dia 2 de outubro de 1857, por ordem do Imperador Dom Pedro I. O município passou então a ter seis distritos: Centro, Santo Aleixo, Guapimirim, Suruí, Mauá e Vila Inhomirim (formado pelas localidades de Piabetá, Frágoso e Raiz da Serra). Entretanto, em 1990, Magé perdeu o seu 3º distrito, Guapimirim, que conquistou sua emancipação político-administrativa.

O município atingiu importância econômica no século XVIII graças a produção agrícola de cana-de-açúcar, mandioca, milho e café. Pela estrada de ferro escoavam-se toda a produção de café vinda do interior, como também o ouro das Minas Gerais e a pólvora.

A partir da construção da estrada de ferro transformou-se por completo a região. O eixo econômico e comercial que se constitui ao longo de três séculos por via fluvial, entrou em decadência, em função do transporte ferroviário, que passou ligar diretamente o litoral ao planalto.

“Enquanto o Rio de Janeiro crescia junto com os capitais drenados para o seu porto, a Baixada tornava-se uma região não mais necessária, pois a circulação das mercadorias não dependia mais de seus portos, transformando-a numa zona de passagem rápida.”(Alves, 2003: 42).

Magé, como também outros municípios que faziam parte da Baixada Fluminense¹¹ naquele período, estava localizada numa região intermediária entre o porto do Rio de

¹¹ Segundo a definição de Grynszpan 1987 apud Alves, o conceito de baixada, em seus estudos sobre os movimentos sociais rurais, correspondia a região formada pelos municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé.

janeiro, a área fluminense e Minas Gerais. Essas regiões serviam também como grandes depósitos de mercadorias que abasteciam o interior do Estado e a cidade do Rio de Janeiro. A população residente era composta, principalmente, por donos de botequim, negociantes e ferradores.

No início do século XIX, iniciava-se um surto industrial na Baixada, baseado em pequenas fábricas do setor de vestuário e de alimentos. No Município de Magé instalou-se uma fábrica Têxtil no bairro de Pau-grande, e outra no Bairro da Cachoeira Grande, conhecidas como Cia América Fabril, em função dos recursos hídricos da região. Contudo, *“a dependência do setor agrário-exportador, a irregularidade das fontes de energia, a concorrência com os produtos estrangeiros, a dependência de mão-de-obra escrava em extinção ou daquela qualificada e escassa constituíam limites a esse surto.”* (Alves, 2003: 55).

Historicamente, a fábrica instalada na Cachoeira Grande data de meados da década de 50, que empregou trabalhadores de diversas localidades do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido fechada em 1978, devido às dificuldades financeiras que atravessara.

A partir de 1940, enquanto os municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias contribuíam significativamente para o crescimento da Baixada, os demais, como Magé, aumentavam sua improdutividade e a concentração de terras nas mãos de poucos. Essa concentração se deu, principalmente, pela saída dos grandes proprietários para a cidade do Rio de Janeiro sem se desfazerem das terras, que se tornaram latifúndios e reserva especulativa. (Alves 2003).

Entre 1940 e 1950, Magé apresentou um alto índice de crescimento populacional que correspondeu a 423%, em função, principalmente, do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro acarretou no encarecimento do seu espaço urbano, levando a população de baixo poder aquisitivo a procurar outras localidades para se instalarem. (Alves, 2003).

As prefeituras da Baixada favoreciam ao máximo o estabelecimento da população imigrante, cobrando taxas mínimas para serem aprovadas as plantas das obras e tolerando as ocupações clandestinas. Ao tempo que aumentava o número de habitantes diminuía o tamanho dos terrenos, o que indicava por um lado, uma progressiva valorização do solo, e por outro lado, uma baixa no padrão de vida dos compradores, que passaram a ter acesso a

espaços menores. O preço acessível do solo mantido graças a falta de infra-estrutura e o mínimo de exigências para as construções, bem diferente do que ocorria com a cidade do Rio de Janeiro, eram os grandes atrativos da população.

A ocupação urbana do município de Magé não foi acompanhada pela instalação de uma infra-estrutura que pudesse receber essa população, nem por um desenvolvimento industrial capaz de absorver a mão-de-obra crescente, fazendo com que os moradores se deslocassem para outros centros a procura de trabalho, como ocorre até os dias de hoje.

A área rural também sofreu uma brusca redução dos seus loteamentos no período de 1930 ao início dos anos 60. As terras passaram de grandes proprietários para pequenos arrendatários e para os novos lavradores que chegavam. A Baixada nesse período não chegou a ser expressiva em sua representatividade no setor agrícola. “A produção de alimentos ficara 35% menor, entre 1940 e 1950. (Alves, 2003: 69).

Nesse período surge uma nova figura no campo, o grileiro. Foram frequentes as lutas entre grileiros e posseiros, que se transformavam em questões sociais e políticas. A violência por parte dos policiais e dos proprietários se intensificava por conta das ocupações ilegais. Os jornais noticiavam a intensificação da lutas camponesas e associavam a Baixada a um “Barril de Pólvora”. Em meio a esse conflito o debate sobre a Reforma Agrária entrava em cena e, conseqüentemente, as desapropriações começaram a ocorrer em Magé com a desapropriação da Fazenda Cachoeirinha. (Alves, 2003).

Pode-se dizer, que a Baixada no período de 30 a 60, foi marcada pela explosão populacional, pelo loteamento dos latifúndios, pelos conflitos de terra, pelos movimentos de resistência dos camponeses frente aos despejos e pela reconfiguração do campo político local. A violência, que caracterizava-se como um instrumento dos setores dominantes na obtenção de terras e poder foi muito utilizada, nesse período, nos conflitos pela posse de terras e na disputa pelo controle político.

No item a seguir será traçado um panorama atual sobre o município de Magé, destacando suas principais características e as dificuldades enfrentadas nos dias de hoje.

2.2 Caracterização do Município de Magé.

O município de Magé localiza-se na região Metropolitana do Rio de Janeiro, compondo o conjunto de municípios da Baixada Fluminense. O município tem uma

população de 205.830, segundo dados do Censo Demográfico de 2000, sendo 104.513 mulheres e 101.317 homens, 193.851 urbana e 11.979 rural. Sendo assim, o município é considerado urbano e, apresenta população conforme quadro abaixo:

Tabela I: Distribuição da população do Município de Magé por faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
00 a 04 anos	20.987
05 a 09 anos	20.474
10 a 19 anos	39.911
20 a 29 anos	35.489
30 a 39 anos	31.289
40 a 49 anos	24.333
50 a 59 anos	15.808
60 anos ou mais	17.539

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000

Cerca de 71,33% da população encontram-se em idade laborativa. O município conta com algumas indústrias como Fábrica Unidas de Rendas e Bordados de Andorinhas; Indaiá – Brasil, Águas Minerais LTDA; Fábrica de Brinquedos (FLOC); Pakera LTDA; IMBEL (Indústria de Material Bélico); Indústria de Massas Bonna LTDA; EMAPEL (Comércio de Papéis LTDA); mas, insuficientes para absorver a população.

Conforme dados do IBGE de 2000, em Magé, o setor terciário é o que mais emprega, principalmente, o comércio, reparação de veículos automotores e serviços pessoais com 19,77%, seguido de serviços domésticos com 14,77 e construção civil com 12,34, revelando que o município não possui um potencial industrial expressivo, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela II - Atividades de trabalho desenvolvidas por pessoas de 10 anos ou mais ocupadas

Seção de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas %
Agricultura, pecuária, sivilcutura e exploração florestal	1.880	2,70
Pesca	981	1,41
Indústria de transformação	8.298	11,91
Indústria extrativa	442	0,63
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	312	0,45
Construção	8.600	12,34
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	13.776	19,77
Alojamento e alimentação	3.569	5,12
Transporte, armazenagem e comunicação	4.371	6,27
Intermediação financeira	563	0,81
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	3.750	5,38
Administração pública, defesa e seguridade social	3.802	5,46
Educação	3.789	5,44
Saúde e serviços sociais	1.874	2,69
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.016	4,33
Serviços Domésticos	10.294	14,77
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-----	-----
Atividades mal especificadas	366	0,53
Total	69.682	100

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Grandes faixas populacionais fixadas no município se deslocam diariamente para outros centros urbanos, onde encontram melhores oportunidades de trabalho. Hoje, a região é tida como dormitória considerando que não dispõe de centro industrial dinâmico capaz de absorver a mão de obra local crescente.

A crise econômica do início da década de 80, atingindo as regiões metropolitanas e, de forma particular, o município de Magé, desarticulou os setores industriais mais tradicionais. Essa situação teve repercussão em Magé, na medida que ocasionou o fechamento de indústrias têxtil, acarretando a demissão de diversos empregados.

Atualmente, a economia do município está calçada no comércio varejista. A população é constituída por trabalhadores assalariados, empregados das poucas indústrias existentes, do comércio e alguns poucos funcionários públicos. Uma pequena parte está ocupada na pesca e a maioria exerce atividades na economia informal, atuando como biscateiros, categoria esta estendida aos trabalhadores sem vínculo empregatício; havendo também, um grande contingente de desempregados.

A produção agrícola poderia ser utilizada como grande incentivadora para o desenvolvimento econômico do município, na medida que possui áreas com grande potencial para exploração agrícola. A proximidade com os grandes centros, como Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias, representa também um fator positivo, visto que o município poderia produzir para abastecer esses mercados.

A atividade pesqueira é um outro setor que poderia ser bastante explorado, uma vez que o município é cercado pela Baía da Guanabara, apresentando um grande potencial de pesca. Algumas famílias têm a pesca como única fonte de renda.

Entretanto, não há uma política de incentivo que possa viabilizar o desenvolvimento dessas áreas. A falta de crédito, a dificuldade de comercialização, falta de investimento, são alguns dos fatores que contribuem para a estagnação dessas áreas tão importantes para o desenvolvimento da cidade.

Outro setor com grande potencial de desenvolvimento e que deveria ter destaque no município é o de turismo, mas não é aproveitado. Com uma extensão territorial de 386 Km², Magé tem pontos de rara beleza natural. Em Santo Aleixo, por exemplo, existem cachoeiras, quedas d'água e piscinas naturais formadas pela correnteza das águas do Rio das Pedras, que começa no Dedo de Deus e corta toda a localidade de Santo Aleixo, onde os poços do Tamanqueiro e Monjolo são destaques.

Em Piabetá, na localidade de Rio do Ouro, existem também cachoeiras, onde está localizada a Cachoeira do Véu da Noiva com aproximadamente 80m de queda. Em Suruí, no 4º Distrito, existem manguezais ricos em fauna e flora. Além de rios, há a reserva de

Mata Atlântica e áreas próprias para caminhadas que poderiam servir de espaços para realização de eventos esportivos ecológicos (provas de canoagem, prática de rapel, caminhadas nos morros com vegetação nativa, entre outras).

O patrimônio histórico do município de Magé é compreendido por diversos pontos turísticos e históricos, como a primeira estação ferroviária do Brasil, com destaque para igrejas seculares e monumentos religiosos, como: Matriz de Nossa Senhora da Piedade (1750), Centro; Poço Bento (1570), Piedade; Igreja Nossa Senhora da Guia (1640), Mauá; Igreja de São Nicolau (1710), Suruí; Capela Nossa Senhora dos Remédios (1740), Mauá; Capela de Sant'Ana da Piedade (1737), Piedade; Capela de Santo Aleixo (1747), Santo Aleixo; Capela de São Francisco de Croará (1745), Guia de Pacobaíba, entre outras.

Os principais obstáculos para o desenvolvimento do turismo são a falta de aproveitamento da área verde, a falta de infra-estrutura de apoio como bares, restaurantes, pousadas mas, principalmente, a falta de uma política de incentivo.

Em maio de 2001, a Prefeita Narriman Zito e alguns secretários municipais participaram da Feira de Turismo da América Latina, ocorrida no Rio Centro, onde demonstraram grande interesse em transformar Magé no novo centro de ecoturismo do Estado. Mas ficou apenas na intenção.

O município, por suas características, pode ser considerado uma cidade de pequeno porte. Possui comércio próprio, contando com diversos e variados estabelecimentos comerciais, 09 agências bancárias (02 agências do Banco do Brasil, 01 agência da Caixa Econômica Federal, 02 agências do Bradesco, 01 agência Unibanco, 02 agências do HSBC Bamerindos e 01 agência do Itaú), 02 agências dos correios, 03 postos do INSS, rede escolar constituída por unidades de ensino fundamental e médio. E vários jornais locais, que circulam em todos os distritos do município.

É um município atrasado no que concerne a infra-estrutura como um todo e, em particular, à cobertura de serviços sociais. O município tem 469 anos, equivalendo quase a idade do descobrimento do Brasil, mas ainda apresenta grande atraso.

Parte do município recebe abastecimento de água da Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE, que é responsável pelo tratamento e distribuição na rede urbana. A Companhia responsável pelo fornecimento de luz é a AMPLA, antiga CERJ(Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro). De modo geral, o fornecimento de energia elétrica, o

sistema de telefonia e condições sanitárias são precárias. As quedas de energia são freqüentes, especialmente, em dia de chuva de verão.

A escolaridade é baixa, 27,86% das pessoas com mais de 10 anos de idade possuem até 3 anos de estudo; 38,81% possuem de 4 a 7 anos de estudo; com 8 a 10 anos de estudo o percentual é apenas de 17,90%; e 15 anos ou mais de estudo o percentual cai para apenas 1,57%.

A partir da tabela abaixo verifica-se que a renda mensal da população também é bastante baixa, caracterizando níveis crescentes de empobrecimento da população.

Tabela III: Distribuição da população de 10 anos ou mais por classes de rendimento mensal.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal		
Classes de rendimento mensal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade %
Até 1 salário mínimo	26.704	16,25
Mais de 1 salário a 2 salários mínimos	25.195	15,33
Mais de 2 salário a 3 salários mínimos	14.824	9,02
Mais de 3 salário a 5 salários mínimos	14.457	8,80
Mais de 5 salário a 10 salários mínimos	9.660	5,88
Mais de 10 salário a 20 salários mínimos	2.482	1,51
Mais de 20 salários mínimos	725	0,44
Sem rendimento	70.322	42,78
Total	164.369	100

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000

O quadro é mais alarmante quando se verifica a renda mensal dos chefes de família, que de acordo com os dados do IBGE, 40,78% recebem menos de um salário mínimo; 26,99% recebem de 1 a 2 salários mínimos; e 5,20% não possuem nenhum rendimento. Os que não possuem nenhum rendimento somados aos que recebem menos de um salário mínimo soma um total de 45,98% de chefes de família, o que reflete os elevados percentuais de crianças e adolescentes fora da escola, com baixa escolaridade ou que se

inserir precocemente no trabalho em condições insalubres, de periculosidade e exploração. Isso significa que essas famílias são potencialmente demandantes de serviços sociais.

As condições de vida do município apresentam vários problemas que necessitam de encaminhamentos. As classes trabalhadoras encontram dificuldades no tocante ao acesso aos serviços públicos como escola, assistência médica, creches e serviços assistenciais, na medida em que estes são bastantes limitados. Essa situação não é diferente de outros municípios na região metropolitana, onde a classe trabalhadora se vê obrigada a morar em péssimas condições, muitas vezes em barracos de um a dois cômodos, sem saneamento básico, e toda a família, inclusive as crianças, precisam inserir-se no mercado informal de trabalho, para ajudar a compor a renda familiar.

A composição familiar é formada por um número extenso de filhos menores e as famílias oscilam entre 05 a 12 componentes, sendo grande parte pré-adolescentes e adolescentes. A maioria desse segmento populacional fica abandonado e com o tempo livre, em decorrência da necessidade de seus familiares adultos precisarem sair para garantir o sustento familiar.

De acordo com a proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ao classificar os municípios segundo o número total de habitantes, o município de Magé é considerado de grande porte. Mas, apesar de o município se incluir nesta categoria em termos de população, não se inclui na rede de serviços públicos. Considera-se que os municípios de grande porte são os mais complexos na estruturação econômica e redes de serviços mais especializados, o que não condiz com a realidade de Magé.

A nova proposta da PNAS prevê a existência de uma rede socioassistencial complexa e diversificada envolvendo serviços de proteção social básica, como também uma ampla rede de proteção especial tanto a nível de média complexidade, quanto a nível de alta complexidade. Tomando como base esta indicação, percebe-se o quanto o município necessita se estruturar e para tanto terá um grande trabalho pela frente, que é preciso ser iniciado com urgência.

No município, os serviços públicos não acompanharam as demandas da população, acarretando para os distritos a falta de serviços urbanos essenciais, levando os moradores a ficarem a mercê de favores e da gratidão de políticos em épocas de eleições,

principalmente, os que necessitam da assistência social. Os políticos de plantão controlam os eleitores através de ações clientelistas, paternalistas que trocam “favores” por voto. Ou seja, o que é direito (acesso aos serviços sociais) passa a ser uma relação de troca de favores nas mãos dos políticos. Segundo Yasbek,

“nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternos e espera-se dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao representar como favor ou vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, os que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida.”(Yasbek, 1996: 41).

Como visto anteriormente, essas práticas clientelísticas constantes nesse município, representam a Cultura do Clientelismo que permeia a assistência social, como aponta Oliveira (2003).

Considera-se como um dos avanços na perspectiva dos movimentos populares reivindicatórios, no município, as associações de moradores de bairro, associações e/ou sindicatos de trabalhadores, os Conselhos Municipais, Pastoral da Criança, Rotary Club, que visam a melhoria das condições de vida e de trabalho da população mageense.

Para atendimento à população, o Governo Municipal dispõe de várias Secretarias, entre elas: Saúde, Educação, Serviços Públicos, Comunicação, Governo, Desenvolvimento e Assistência Social, Fazenda, Planejamento, Habitação e Transporte.

Contudo, de acordo com o diagnóstico social de Magé, o município apresenta uma das piores qualidades de vida da região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, por oferecer poucas oportunidades de trabalho a sua população economicamente ativa. Possui baixa qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, saneamento básico e lazer. Como também, pouco incentivo ao desenvolvimento econômico, com destaque para a atividade agropecuária e turística, pois são atividades que se apresentam com grandes possibilidades de crescimento.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social terá destaque neste trabalho, pois está diretamente ligada ao objeto da pesquisa. No item a seguir, procurar-se-á caracterizar as práticas e valores evidenciados nos processos políticos ocorridos na área da assistência social, bem como a intervenção dos profissionais de Serviço Social.

2.3 A Política de Assistência Social no Município de Magé.

O desenho da assistência social na sociedade brasileira, a partir da LOAS, é redefinido no contexto da nova relação Estado e sociedade civil através da participação de diversos atores e instâncias de mediação na prestação de serviços.

Nesse processo, a alteração no estatuto da assistência social, que passa a ser concebida como política pública, exige a criação de mecanismos de enfrentamento das demandas sociais.

No município de Magé, a primeira tentativa de formulação de uma política pública de assistência ocorreu com a primeira Conferência Municipal de Assistência Social em 1995, dois anos após a promulgação da LOAS. Esta Conferência propiciou a criação do Conselho Municipal de Assistência Social¹², quando foram eleitos e nomeados os conselheiros que passaram a compor o CMAS. Porém, este Conselho só começou a funcionar em 1996, em decorrência da resistência do poder público em reconhecer o Conselho Municipal como parceiro na construção de uma Política Pública de Assistência Social no município. Esse aspecto, demonstra a grande dificuldade de se construir uma esfera pública que tenha por base o Conselho Municipal.

A primeira Conferência Municipal realizou-se na Câmara Municipal de Magé e conseguiu reunir 55 representantes do governo, de entidades filantrópicas, associações de moradores, profissionais da área e também da imprensa local. A Conferência teve como tema “Assistência Social: Direito do Cidadão e Dever do Estado”. Como palestrantes foram convidados o Presidente da Frente Popular Social dos Municípios Fluminenses e Secretário de Desenvolvimento Comunitário de Petrópolis, o sociólogo Waldemar Boff, a Presidente

¹² O Conselho Municipal de Assistência Social de Magé foi criado através da Lei nº 1230/95 e os conselheiros foram nomeados através da portaria nº 324/96.

do Conselho Regional de Serviço Social e assistente social Hilda Corrêa e o assistente social do Conselho Regional, Edvaldo Roberto.

Este evento teve a finalidade de socializar as informações necessárias a respeito da implantação da LOAS, enfatizando a responsabilidade do governo e da sociedade civil na condução da política de assistência social no município. Os palestrantes tiveram a preocupação em esclarecer que a assistência social não consiste em assistencialismo e ou clientelismo que favorece a troca de favores, nem tão pouco pode ser confundida com caridade, mas deve se concebida como direito de todo cidadão.

Oliveira (2003), apoiada em Graham, analisa como sempre houve a prevalência do uso de clientelismo na política brasileira.

“As relações entre Estado e sociedade no Brasil, mostra nossa História, também foram marcadas por laços pessoais, que prosperaram no interior do Estado, estabelecendo uma simbiose (Graham, 1997) entre esfera pública e esfera privada. Para Graham, era o clientelismo que constituía a trama de ligação da política no Brasil, sustentando, virtualmente, todo ato político. A vitória eleitoral, anota, dependia do uso competente dessa forma de relação, que se caracterizava pela concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores, em troca da lealdade política e pessoal.”(Oliveira, 2003: 94)

Na área social é onde mais se observa a manipulação do favor assistencialista, servindo como moeda de troca política reduzindo a favor direitos sociais e políticos.

Com a I Conferência Municipal, percebe-se que a sociedade civil organizada começa a avançar para um entendimento mais amplo a respeito da assistência social, reconhecendo a necessidade de conscientização popular em torno dessa política. A sociedade civil desta forma, passa a entender que a melhoria das condições de vida da população depende fundamentalmente da capacidade de organização e luta política da sua organização.

Para Gramsci, a sociedade civil realiza a mediação entre as esferas dos sujeitos, constituindo-se como uma esfera autônoma do Estado autoritário, aquele que rege-se

apenas pelo uso da força. A sociedade civil faz parte do Estado, mas é também nela que as classes subalternas lutam por espaço. Portanto, a sociedade civil é o lugar onde essas classes são chamadas a defender seus ideais e a lutar por um novo projeto de sociedade enraizado na gestão democrática .

Portanto, o espaço da sociedade civil organizada possibilita que, mesmo no interior da ordem burguesa, regida por uma sociedade capitalista, as classes subalternas tenham lugar para representar seus interesses, como é o caso dos Conselhos de Direitos e das Conferências Municipais e, conseqüentemente, formular políticas que respondam as demandas dessas classes.(Coutinho, 1989).

Essa Conferência Municipal de Assistência Social de Magé teve grande impacto na organização da assistência municipal, tendo como principal objetivo a deliberação de diretrizes políticas para o Plano Municipal de Assistência Social e a elaboração de proposta de lei para a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, elementos fundamentais de gestão para o funcionamento da Política de Assistência Social.

Neste sentido, a primeira Conferência Municipal de Assistência Social foi o primeiro momento na definição de uma política de assistência social. Representou um novo espaço de avaliação das formas de atendimento, dos projetos, dos programas e dos serviços prestados no município, além de discutir os problemas sociais locais e elaborar diretrizes para seu enfrentamento.

Nesse período, foi elaborada a 1ª Lei Orgânica Municipal, lei 1.230/95. O documento elaborado trouxe inovações na concepção de assistência social em consonância com a LOAS. Tanto a Lei Orgânica municipal quanto à primeira Conferência municipal serviram de base para a construção do Plano Municipal de Assistência Social de 1999, que teve como diretrizes a descentralização político-administrativa, a participação comunitária através de seus organismos representativos, a execução e avaliação das políticas e programas de assistência social, a integração das instituições do município, ampliação e melhoramento da rede de serviços.

Constava como objetivo geral no Plano Municipal “(...) a melhoria da qualidade de vida da população mais carente, revertendo o quadro de miserabilidade desta população

com a participação da sociedade civil organizada, elaborando uma política pública consistente na área de assistência social.” (Plano Municipal, 1999).

Foi com a construção desse plano que a Secretaria fez o primeiro diagnóstico (parcial) sobre a situação de Magé. Nesse período, a política de assistência social era realizada através da Secretaria Municipal de Ação Comunitária, que contava com apenas dois profissionais de Serviço Social, ocupando a Secretaria da pasta a 1ª Dama.

Os programas existentes na Secretaria eram pontuais e não davam conta de atender a demanda do município. Existiam projetos e serviços como funerária do povo (atendimento a população carente através do fornecimento de “urnas mortuárias”, para adultos e crianças, com isenção de taxa de sepultamento, certidões de óbitos e remoções); educação em saúde (palestras educativas e elucidativas realizadas por assistentes sociais e enfermeiras); farmácia popular (distribuição de medicamentos - amostra grátis); patrulheirismo (atividade integrada a CERJ_Magé, com o objetivo de análise e estudo de caso de jovens na faixa etária de 11 a 17 anos, para inserção no mercado de trabalho, através de estágio remunerado); emissão de carteira profissional; programa de ação social (atuação de técnicos da SMDAS, Fundação Leão XIII, integrados as Secretarias Municipais – educação, saúde, turismo e administração – tendo como objetivo dar assistência gratuita às comunidades, com programas apresentados por cada Secretaria, realizados aos finais de semana); e plantão social¹³.

Na Secretaria Municipal de Ação Comunitária as ações desenvolvidas, principalmente, pela Primeira Dama, reproduziam práticas clientelistas, onde a troca de favores por voto era uma constante, especialmente, em épocas de eleições. Estas práticas concorrem para o descrédito desta instituição perante à população, que não percebe os direitos que lhes são devidos, visto que sua principal função limitava-se a entrega de caixões, distribuição de alguns medicamentos e de cesta básica como também, de material de construção civil, que carregam a marca do assistencialismo e da subalternidade

¹³ As atividades do plantão social nesse período correspondiam as seguintes ações: solicitação de vagas em hospitais de apoio, psiquiatria e tuberculose; orientações e encaminhamentos para óbitos (certidões, auxílio funeral); orientações e encaminhamentos para benefícios do INSS; entrevistas e parecer para concessão de cesta básica e passagens; estudo de caso; visitas domiciliares; avaliação para benefício de prestação continuada (BPC); realização de diagnóstico social das instituições municipais; acompanhamento de pessoas encaminhadas pelo poder judiciário para cumprir prestação de serviço gratuito à comunidade.

A marca daqueles serviços, seu desenvolvimento de forma emergencial e assistencialista os distancia da visão de assistência social como política pública. Muitas atividades confundiam-se com serviços da área de saúde, o que demonstrava a falta de estabelecimento de prioridades e não conhecimento da competência de cada área. As ações desenvolvidas pela Secretaria não estavam delimitadas através de programas específicos, mas sim operacionalizadas por meio de intervenções isoladas e através de abordagens individuais.

De acordo com o relatório da II Conferência Municipal de Assistência Social, ocorrida em 2001, apesar da atuação constante de uma parcela da sociedade civil, no período compreendido entre 1996 e 2000, parece não ter havido nenhum avanço na política de assistência social, “...face ao descaso e ao entendimento equivocado por parte do executivo que não compreendia a assistência como política pública, mas sim como ações focalizadas na velha ideologia do favoritismo dirigido.” (Fala do Conselheiro Marcos Castilho durante sua intervenção na II Conferência Municipal de Assistência Social, 2001).

Nesta II Conferência, houve o reconhecimento de que o retrocesso na assistência ocorreu por falta de maior interesse por parte do gestor público municipal em reconhecer a importância dessa política e do Conselho Municipal como parceiro na construção de uma política de direitos.

O modo personalista de atuar do gestor público municipal, que ocorre em muitas prefeituras, em especial no município de Magé, contribui para a centralização do poder local nas mãos do poder executivo. A figura do prefeito e de seus assessores é mais enfatizada do que as instâncias da sociedade civil organizada.

“A administração, ou a gestão da esfera pública, define-se pelo caráter pessoal de quem está no comando do aparato governamental, o que implica a inviabilização de um programa ou projeto de governo de caráter público. O personalismo tem mais peso nos momentos de avaliação institucional, já que é a figura do mandante que qualifica sua gestão.”(Oliveira, 2003: 92).

Nesta relação, as instituições mediadoras da política ou qualquer forma possível de racionalidade são dispensadas, impedindo que se exerça a função para qual foi pensada, como é o caso dos CMAS. A realização das Conferências Municipais parece significar mais o cumprimento formal de uma obrigação do município do que a possibilidade de consolidar uma forma de poder efetivamente democrático. Grande parte das deliberações propostas nas Conferências não são efetivadas e não há nenhum movimento por parte do gestor público municipal em concretizá-las.

Fica evidente que no município de Magé, o espaço do CMAS não é reconhecido pelo governo municipal como um dos lugares onde se poderia realizar articulações e entendimentos das questões que dizem respeito à política de assistência social, para a construção de uma gestão partilhada e consistente nessa área. Porém, o CMAS, de acordo com a LOAS, tem importante papel a cumprir nessa direção.

A II Conferência contou com a participação de 88 delegados, 31 observadores e autoridades municipais, representantes do poder público, a sociedade civil organizada, profissionais da área, professores e autoridades civis e militares.

A rearticulação das entidades em torno da questão da assistência social, a partir da realização dessa Conferência, representa o restabelecimento de um espaço para discussão das propostas para a política municipal, após um hiato de um governo para outro. Este hiato, demonstra os obstáculos e esforços que a sociedade civil mageense encontra para efetivação de uma política pública que contemple os interesses de todos, mas, principalmente, da população que necessita dos serviços de assistência social.

No momento atual (2005), a política de assistência social no município de Magé é de responsabilidade da SMDAS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social) criada em 2001, no governo de Narriman Zito. Em governos anteriores, a SMDAS, não possuía estrutura de funcionamento para atender a população mageense. Contava apenas com um assistente social para o atendimento direto aos usuários e, nenhum programa de enfrentamento da pobreza, em virtude do município estar em débito com o governo federal e pelo pouco compromisso com a área.

O ano de 2001, portanto, pode ser considerado como marco para a política de assistência social no município de Magé. Foram convocadas cinco assistentes sociais concursadas para compor o quadro técnico da Secretaria, como também auxiliar

administrativo, secretaria (atendente), auxiliar de serviços gerais, nomeação de uma funcionária para tratar de assuntos funerários, digitador entre outros profissionais, ampliando assim, o quadro de funcionários da Secretaria. Atualmente, a SMDAS conta com cinco assistentes sociais concursadas e duas contratadas.

Nesse período, a SMDAS foi estruturada em coordenações específicas, destinando-se a cada cargo técnico, estabelecendo uma nova metodologia de trabalho com o objetivo de alcançar a eficácia nos serviços prestados. A Secretaria foi organizada da seguinte forma: Secretário da Pasta, Coordenadoria Geral, Coordenadora Administrativa, Diretoria de Assuntos Funerários, Diretoria de Assistência Social, Diretoria de Projetos; e no apoio, Secretaria (atendente) e um Digitador. Contudo, esta forma de organização da Secretaria não é constante, podendo sofrer alterações de acordo com os interesses do Secretário da Pasta que estiver ocupando o cargo como também, do Prefeito.

Em 2002 foi elaborado o Plano Plurianual, como cumprimento de uma das exigências para o repasse de verbas federal e estadual. Para a elaboração do Plano Plurianual é importante que haja a participação do CMAS, na medida que este se constitui em um órgão responsável pela formulação, avaliação, aprovação e fiscalização da Política Municipal de Assistência Social. Além disso, a elaboração desse Plano através da participação do CMAS é uma forma de unificar na proposta de gestão municipal tanto as demandas da sociedade civil quanto do governo, pois para que a descentralização ocorra é preciso que haja a confluência de interesses entre o poder público e a sociedade.

Todavia, a participação do CMAS no processo de elaboração do Plano Plurianual limitou-se apenas a sua aprovação. O Plano foi apresentado ao Conselho em uma reunião em cuja pauta não constava sua aprovação, porém, teve que ser aprovado, pois deveria ser enviado ao governo do Estado naquela mesma semana. A forma como são tomadas as decisões, como essas chegam ao conhecimento dos conselheiros e em que tempo chegam prejudica seu funcionamento e sua atuação. Tais atitudes contrariam os preceitos da LOAS.

Para reverter esse quadro de descaso com o CMAS, seria importante maior participação da sociedade civil. No entanto, as relações da SMDAS com outros segmentos da sociedade, como por exemplo com as Associações de Moradores, são apenas cumpridoras de tarefas, pois elas nunca são convidadas a participar do planejamento das ações. Mas, quando a SMDAS recebe algum programa do governo federal ou estadual, ou

ainda, quando um bairro é contemplado por uma “Ação da Cidadania¹⁴”, as Associações de Moradores são convidadas a divulgar o evento e a cederem o espaço para a realização das atividades, sem consulta anterior.

Apesar da existência de canais de participação dos movimentos sociais e da sociedade civil na gestão da política de assistência municipal, como o CMAS e as Conferências, na prática esses instrumentos não são abertos à discussão das decisões relativas ao planejamento das ações da Secretaria, nem tão pouco existem pressões populares pela institucionalização e ocupação desses espaços.

Através de relatos de servidores desta Secretaria, constatou-se que a forma como é realizado o planejamento das ações constitui-se em mais um exemplo de descaso do executivo com as reais necessidades da população. O planejamento das ações é feito por uma ou duas pessoas, apenas para atender exigências burocráticas, sem qualquer discussão pela equipe de trabalho, como ocorreu na elaboração do Plano Plurianual de 2002 a 2005, mencionado acima. Essa situação dificulta a ação do Conselho e até mesmo distancia a sociedade civil no que diz respeito ao controle social e a participação nas decisões públicas do município.

De acordo com o Plano Plurianual de 2002 a 2005, a SMDAS tem como objetivo *“Implementar a Política Pública de Assistência Social através da execução de ações, tendo como objetivos principais: a proteção à família, a adolescência, a maternidade, aos idosos, o amparo às crianças e adolescentes carentes e em situação de risco social, a promoção da integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, promovendo sua integração à vida comunitária.”*

A partir da transferência da responsabilidade financeira e administrativa pela política de assistência social para o município, ou seja a municipalização, a SMDAS passa a atuar junto à população mageense em diferentes bairros, através de programas sociais em diferentes situações. Supostamente, a descentralização torna-se possível a partir da municipalização, levando o município a ter autonomia para elaborar, executar e gerir políticas que atendam como mais eficiência, agilidade e qualidade as demandas e necessidades locais.

¹⁴ A “Ação da Cidadania” será detalhada no próximo item que trata dos programas e serviços sociais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Além do serviço de atendimento à população através dos plantões sociais¹⁵ realizados por assistentes sociais, a Secretaria passou a atuar com um maior número de programas assistenciais, em diferentes bairros. Contudo, ainda não condizentes com o Plano Plurianual e nem tão pouco com os princípios universalistas e distributivos desenhados pela LOAS.

Os assistentes sociais passaram a atuar em várias frentes de trabalho, tanto no atendimento direto à população na SMDAS através dos plantões sociais, quanto na execução dos programas, além de participação nas reuniões do CMAS. A municipalização contribui para a ampliação dos espaços de atuação dos assistentes sociais. Tornou-se notório a necessidade de se ter profissionais do Serviço Social para a viabilização dessa política. Há uma estreita relação entre o Serviço Social e a política de assistência municipal, pois a profissão está diretamente ligada à população, executando essa política.

Porém, todas as decisões e providências ao nível operacional correspondem às decisões dos Secretários de plantão, que no governo de Narriman Zito (2001 a 2004) contou com três diferentes Secretários na pasta, durante seu mandato. Evidenciando desta forma, a dificuldade em dar continuidade as ações desenvolvidas pela Secretaria, pois a cada mudança de Secretário mudam-se, por exemplo: a coordenação dos programas, o técnico responsável pela diretoria de projetos, entre outros cargos.

Em relação a coordenação dos programas, cabe ressaltar que estas em sua maioria não são realizadas por profissionais do Serviço Social, mas por um outro profissional que eventualmente tenha mais afinidades políticas com o Secretário, ou com o próprio Prefeito do que conhecimento técnico. Este aspecto pode ser destacado como um dos impactos do descaso com a política de assistência municipal que repercute decisivamente na prática do Assistente Social na Secretaria.

A nomeação de uma pessoa para ocupar determinado cargo numa instituição onde as relações são marcadas pelo clientelismo *“é feito no próprio ambiente do clã, da família ou das relações de compadrio, e não de forma pública através de concursos e promoções*

15 As ações do plantão social correspondem as seguintes atividades realizadas por assistentes sociais de acordo com o relatório de gestão de 2003: orientação previdenciária; avaliação de BPC para idoso e deficiente; visitas domiciliares; encaminhamentos para rede de serviços municipais; laudo social; passe municipal para deficiente; parecer técnico para concessão de serviços funerários; participação no CMDCA e no CMAS; acompanhamento de pessoas encaminhadas pelo poder judiciário para cumprir prestação de serviço gratuito à comunidade.

de carreira. São os laços de fidelidade que definem os critérios desse recrutamento, e não a competência, seja profissional, técnica ou política. (Oliveira, 2003: 93)

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, realizou-se a III Conferência Municipal de Assistência Social e teve como tema “A Assistência Social como Política de Inclusão – Garantia de Direitos e dos Mínimos Sociais”, onde estiveram presentes 133 delegados e 19 observadores da sociedade civil, 39 delegados do governo, 08 observadores do governo, 23 delegados natos do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esta Conferência ocorreu consorciada a Primeira Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nesta Conferência, foram propostas medidas que garantam direitos às crianças e aos adolescentes, aos idosos e aos portadores de deficiência bem como, medidas que possam assegurar recursos para a viabilização da política municipal de assistência.

Foram registradas moções de repúdio pela ausência de políticas públicas no município para as pessoas portadoras de deficiência; ao Poder Executivo Municipal pelo desrespeito às deliberações do CMAS sobre o processo de divulgação da Conferência Municipal de Assistência Social; e pela não inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentária das diretrizes estabelecidas pelo CMAS, entre elas, a garantia de verba para construção de abrigos para meninos e meninas e Casa de Passagem, conforme deliberação da II Conferência Municipal de Assistência Social.

As moções de repúdio sinalizam as dificuldades enfrentadas para se efetivar essa política no município. No relatório de gestão de 2004 estão registrados os grandes obstáculos para implementação da política municipal de assistência social tais como: ausência de projetos específicos da SMDAS e de intersetorialidade das secretarias congêneres; falta de espaço físico e equipamento para o funcionamento do CMAS; falta de regulamentação do Fundo Municipal de Assistência Social para execução orçamentária; e falta de recursos próprios para o financiamento da política.

O orçamento total do município em 2004 ficou na ordem de R\$107.000.000,00, sendo destinado para a SMDAS R\$1.944.000,00, correspondendo a 0,55 % do orçamento total do município, ou seja menos de 1%, apesar de ser pleiteado 5% do orçamento desde a II Conferência Municipal de Assistência Social. Cabe ressaltar, que este orçamento é destinado a manutenção do quadro de recursos humanos e para manutenção das demais

despesas administrativas e operacionais. Através do orçamento destinado a cada política setorial, no município, é possível avaliar seu grau de importância para o governo de plantão.

Com um orçamento de menos de 1% do orçamento total do município não há como viabilizar programas próprios do município que atendam a demanda da população. Neste caso, a SMDAS restringe-se a executar os programas estabelecidos com verbas dos governos estadual e federal.

A aprovação desse orçamento evidencia que não há um compromisso com o que está aprovado no Plano Municipal de Assistência Social, ou ainda com as deliberações das Conferências Municipais. Estabelecer um tipo de orçamento municipal é fazer escolhas políticas entre o que se deseja alcançar.

Os caminhos que percorrem a Política de Assistência Social no município de Magé depara-se com entraves que impõem limites à consolidação de uma cultura política consoante com os princípios inscritos na Constituição Federal de 1988 e da legislação pertinente (LOAS).

É interessante também, observar a presença de práticas tradicionais que historicamente marcaram o perfil da política de assistência social no Brasil. Estas práticas são identificadas através da reprodução da ideologia do favor, da exclusão de mecanismos públicos participativos e da vigência de critérios seletivos de acesso aos serviços. As relações clientelistas e personalizadas são exercidas de forma direta, reeditando e reatualizando as formas tradicionais de relações tutelares coronelistas no país. (Raichelles, 1998).

É importante ressaltar que estas práticas tradicionais, atualmente, são capturadas pela nova forma de gestão da política de assistência social, porém, justificadas por um novo discurso. Este discurso baseia-se na legitimação de práticas fundadas no ideal de solidariedade, enfatizando a atuação da sociedade civil (comunidade local, empresários, familiares), das ONGs, em parceria com a ação estatal ou em muitos casos com a sua substituição. A noção de direito fica diluída na lógica da solidariedade, permitindo a continuidade de mecanismos de seletividade em detrimento da universalização do atendimento.

No que tange a perspectiva de implementação do SUAS é possível verificar algumas iniciativas em curso no município, que teve início através de uma reunião realizada em outubro de 2004.

Contudo, o município precisa definir as competências e financiamento das três esferas de governo por níveis de complexidade das ações; adequar o orçamento ao modelo do SUAS; definir a relação entre as esferas públicas e privadas, bem como o financiamento e sistemática de repasse de recursos; traçar uma política de recursos humanos; e elaborar uma proposta de monitoramento e avaliação na perspectiva do SUAS.

A descentralização político-administrativa ainda não conseguiu romper com o modelo de política adotado tradicionalmente. Entende-se que tal processo constitui-se em um movimento dialético, de avanços e retrocessos, rupturas e continuidades de determinados mecanismos de gestão e práticas sociais. E, muitas dessas práticas que persistem, impõem limites aos mecanismos democráticos conquistados pelas lutas sociais de vários segmentos da sociedade, contribuindo para permanência da cultura do Clientelismo.

2.4 Programas e Serviços Sociais Desenvolvidos Pela SMAS

Os programas desenvolvidos pela SMDAS em 2004 e que estão relacionados abaixo, encontram-se divididos de acordo com as seguintes linhas de ação: atenção à criança e ao adolescente; atenção à família; geração de trabalho e renda; transferência de renda; benefícios eventuais; e atenção às necessidades básicas e mínimos sociais. Esses programas enquanto expressões da Política de Assistência Social no município, se constituem em espaços privilegiados de intervenção dos assistentes sociais no campo assistencial.

Atenção à Criança e ao Adolescente: Nessa linha de ação registram-se os seguinte programas:

1. O PETI, mantido através da parceria entre os governos federal, estadual e municipal, atendeu 100 crianças na faixa etária de 07 a 14 anos, que se encontram em situação de exploração do trabalho infantil. O projeto supõe atividades de reforço escolar, ações culturais, esportivas, artísticas, lúdicas e de lazer. Cabe ressaltar que cada criança

recebe uma bolsa auxílio no valor de R\$ 25,00. O atendimento é feito em dois pólos, um localizado na área urbana, que funciona em um galpão de uma escola municipal e outro localizado na área rural, funcionando também em um espaço cedido por um escola municipal.

2. O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano atendeu 200 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e igualmente conta com a parceria entre município e o governo federal. Os critérios de inclusão no programa são: jovens expostos a situação de risco social, preferencialmente aqueles que se encontram em conflito com a lei, faixa etária de 15 a 17 anos, ser alfabetizado, ser oriundo de família cuja renda per capita não ultrapasse $\frac{1}{2}$ salário mínimo, priorizando aqueles que não se encontram na escola e são egressos de programas sociais. O projeto prevê o estímulo a parceria com a iniciativa privada, mediante patrocínio de empresários. Cada jovem inserido no programa recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00. Para a viabilização desse programa, a Prefeitura mobiliza a participação dos empresários locais, que doam camisetas e material pedagógico, apesar de serem estas despesas de responsabilidade do município a título de contrapartida. Além dessa parceria, é de fundamental importância as parcerias com a comunidade local, através de associações de moradores e igrejas, que cedem os espaços físicos para que ocorram as atividades previstas no programa.

3. O programa Sentinela viabilizado a partir da parceria entre os governos federal e municipal para atender crianças e adolescentes vitimados por todo o tipo de violência, residentes em Magé. O programa oferece atendimento social, psicológico e pedagógico para agredidos e agressores e suas famílias. A prevenção, a divulgação e o atendimento constituem os três eixos básicos do programa.

4. Abrigo Municipal Futuro Feliz, instituição de proteção a criança e ao adolescente vítima de violência. É uma instituição financiada com recursos da própria Prefeitura.

Atenção à Família: Essa linha de ação inclui os programas a seguir:

1. O PAIF operacionaliza-se através de uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal para atender famílias vulnerabilizadas pela pobreza, com uma prática

voltada para a promoção e emancipação das famílias, oferecendo um leque de ações que atuam de forma integrada. As atividades implementadas estão voltadas para as oficinas de geração de trabalho e renda (técnicas de pintura, corte e costura, culinária), além das oficinas da Melhor Idade (voltadas para usuários acima de 60 anos), oficina sócio-educativa para crianças de 00 a 06 anos. A meta prevista é de atender 200 famílias, mas em 2004 foram atendidas apenas 80 famílias.

2. **Programa Casa da Família** é resultante de uma parceria da Prefeitura com o governo Federal e destina-se a atender a grupos familiares vulneráveis, em função da situação de pobreza e de outros fatores de risco e exclusão social. Tem como base territorial comunidades onde há maior concentração de famílias nessas condições. A meta prevista para 2004 era de atender 1200 famílias, contudo, foram atendidas somente 200 famílias.

Geração de Trabalho e Renda: através dessa linha de ação foi oferecido apenas um programa

1. **Projeto Dançando com o Pé no Futuro** viabilizado através de parceria entre os governos federal e municipal. Esse programa se configura como uma ação de capacitação profissional para cerca de 900 pessoas maiores de 16 anos, com vistas a geração de trabalho e renda através da sua inserção no mercado de trabalho. O programa oferece diversos cursos, entre eles, cabeleireiro, estética, velas decorativas, pintura em tecido, teatro, dança, línguas estrangeiras (inglês e espanhol), garçom, técnicas especiais de pintura, fantasias e adereços, bijuterias, arranjos florais e cartonagem. Em 2004 foram atendidas 150 pessoas.

Transferência de Renda: estão vinculados a esta linha de ação os seguinte programas:

1. **Revisão de Benefício de Prestação Continuada** que trata da reavaliação das condições que deram origem a concessão do benefício, ou seja, a comprovação da incapacidade para a vida independente e para o trabalho, a composição do grupo e renda familiar do idoso e da pessoa portadora de deficiência. Em 2002 foram revisados 318 beneficiários (idosos e portadores de deficiência). A responsabilidade em realizar as visitas domiciliares é do município, com apoio financeiro do Ministério da Previdência e

Assistência Social, através da coordenação da Secretaria de Estado e Ação Social. A visita domiciliar é realizada por uma técnica do Serviço Social.

2. **Programa Bolsa Família** é um programa do Governo Federal, destinado a famílias com renda inferior a R\$100, que conta com a colaboração dos municípios para o cadastramento das famílias. Em Magé foram cadastradas 7.000 famílias, sendo 3.970 contempladas em 2004.

3. **Rede SAC (Serviço de Ação Continuada)** que se constitui em apoio e monitoramento às instituições que realizam trabalho social no município. A SMDAS é responsável pela supervisão e implementação dos recursos oriundos do governo estadual para as seguintes instituições: Pestalozzi (atendimento a 120 pessoas portadoras de deficiência); Casa de Sheila (32 pessoas internas portadoras de deficiência); Lar São Vicente de Paula com 35 idosos; Lar Fabiano de Cristo com 60 crianças; e Casa das Rosas com 30 Crianças.

Benefícios Eventuais: nessa linha de ação se inscrevem as ações assistenciais mais tradicionais. Essas ações correspondem aos serviços funerários em que a SMDAS é responsável pela administração de sete cemitérios municipais, onde são realizados sepultamentos para pessoas carentes, avaliadas pelo serviço social. Ainda se inclui ações de concessão de certidões e transferências de perpetuidade, quando solicitada pelo requerente via processo.

Atenção as Necessidades Básicas e Mínimos Sociais:

1. Trata-se do **serviço de plantão** que registra e providencia os encaminhamentos devidos. São os atendimentos a todos que se dirigem a SMDAS com solicitações diversas tais como: orientação previdenciária, BPC, visitas domiciliares, encaminhamentos para rede de serviços, laudo social, passe municipal para deficientes, parecer técnico para concessão de serviços funerários, acompanhamento de pessoas encaminhadas pelo poder judiciário para cumprir prestação de serviço gratuito à comunidade.

2. **Programa de Auxílio Básico (PAB)**, consiste na realização de um programa mantido com recursos próprios da secretaria que atende 50 famílias de baixa renda em todo município, os quais são assistidas pelo plantão social ou encaminhadas pelo Juizado da

Infância e Juventude, pelo Conselho Tutelar e pelo Programa DST-AIDS e INCA. Cada família recebe uma cesta básica mensal e encaminhamentos para a rede de serviços. Este programa é viabilizado com recursos próprios da Prefeitura, contudo, não possui uma regularidade no atendimento. O programa é interrompido quando acabam as cestas básicas e fica muitas vezes até quatro meses para reiniciá-lo.

Outros Projetos: trata-se de ações pontuais desenvolvidas pelo próprio município através do **Projeto Ação Social Bonita e Legal** de iniciativa da SMDAS e que se propõe atender as comunidades afastadas do centro da cidade. Consiste em ações itinerantes que oferece orientação social e jurídica à população, além de informações básicas sobre saúde, nutrição e higiene pessoal. Nessa ação, a maior procura é por serviços de corte e tratamento de cabelo, asseio das unhas e maquiagem. Esta ação tem sido viabilizada pela parceria estabelecida com o comércio local, que vem cedendo os produtos e com o SENAC que cede os profissionais.

Esses programas e projetos realizados pela Prefeitura do município de Magé possuem muita similaridade com os realizados pela Prefeitura de Itaboraí. Esses programas serão discutidos no IV capítulo, onde são tratados como mediação para intervenção dos assistentes sociais.